



Conquistas e avanços

A luta pela regulamentação do Pacto Federativo brasileiro é a principal bandeira do movimento municipalista. A mobilização de gestores municipais na capital federal, que ganha força durante as Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios, alerta autoridades de todos os Poderes acerca das principais reivindicações dos Entes locais.

Com essa atuação, muitas pautas avançaram e outras

se concretizaram por meio de decretos e normativas. Os progressos obtidos nos últimos meses fortalecem a certeza de que apenas a mobilização dos gestores pode dar voz aos Municípios e garantir melhores condições aos Municípios e às suas populações.

Em **verde** o que já foi conquistado e **amarelo** são as pautas que avançaram, mas ainda não se consolidaram:

	Pauta	Como avançou
1	Atualização dos valores da licitação	Decreto 9.412/2018 – entrou em vigor dia 19 de julho, atualizando os valores relativos às licitações que estavam congelados há mais de 20 anos.
2	Restos a pagar	Decreto 9.428/2018 – concedeu mais seis meses para Municípios com Restos a Pagar classificados como não processados ou não liquidados, até 2016, resolverem as pendências.
3	Compensação pela Exploração Mineral e Hidrelétricas	Decreto 9.407/2018 e Lei 13.661/18 – regulamentação da Cfm e da CFURH, dando mais recursos a Municípios impactados pela atividade de mineração e com áreas alagadas pela construção de usinas hidrelétricas.
4	Programas Federais	Atualização de valores conquistados (merenda, criança feliz) e criação de grupo de trabalho para definição de modelo de programas federais
5	Flexibilização das Upas e Creches	Decreto 9.380/2018 e Resolução 3/2018 – Permite a Municípios com UPAs e UBS sem utilidade utilizá-las para outras finalidades de saúde e viabiliza a finalização das creches inacabadas no país, respectivamente.
6	Revisão da LINDB	Sanção da revisão da Lei que fortalece a previsibilidade e a segurança nos atos administrativos e judiciais a favor dos gestores públicos, trazendo o conceito de erros grosseiros em casos de improbidade.
7	Cursos de Treinamento e Malhas Fiscais do ITR	Treinamento será disponibilizado em agosto para os Municípios conveniados, com a liberação da malha fiscal para que possam fiscalizar as malhas fiscais.
8	Encontro de Contas Previdenciário	Normativa que vai regulamentar o art. 11 da Lei 13.485/2017, referente ao Encontro de Contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e da União, aguarda deliberação da presidência da República.
9	Linha de crédito para precatórios	Regulamentação da Emenda Constitucional 99/2016, prevendo linha de crédito para subsidiar o pagamento de precatórios pelos Municípios, está pronta para deliberação na Casa Civil.
10	Regime Próprio de Previdência Social	Construção de portaria que vai tratar dos planos de equacionamento do passivo atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Municipais.